

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 556 - Brasília, quinta-feira, 2 de outubro de 1997

## Acaba o IPC

*Parlamentar só poderá se aposentar com 35 anos de contribuição, desde que tenha completado 60 anos de idade, de acordo com as novas regras aprovadas ontem pelo plenário do Senado*



O plenário estabeleceu para a aposentadoria parlamentar as mesmas regras previstas para os servidores

O plenário do Senado aprovou ontem, com apenas um voto contra, o projeto que extingue o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas). Segundo as novas regras, deputado ou senador poderá se aposentar com 35 anos de contribuição, desde que tenha completado 60 anos de idade. O parlamentar só receberá 1/35 do salário para cada ano de contribuição.

Um redutor de até 30% nas aposentadorias foi introduzido por emenda negociada entre o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e as lideranças

partidárias.

Antonio Carlos destacou que os senadores aprimoraram o projeto da Câmara, "que já era um avanço".

O relator da matéria pela Comissão de Assuntos Econômicos, senador Osmar Dias, observou que "a aposentadoria parlamentar será concedida nas mesmas condições que a reforma da Previdência prevê para os servidores públicos". O líder do Bloco Oposição, José Eduardo Dutra, concordou que as emendas aprovadas pelos senadores "melhoraram sensivelmente" o projeto.

Página 3

## A visita do papa, segundo Benedita e Odacir Soares

Ao elogiar o II Encontro Mundial do Papa com as Famílias, que se realiza hoje no Rio de Janeiro, o senador Odacir Soares condenou a prática do aborto, destacando que "família e vida constituem um binômio inseparável". Já a senadora Benedita da Silva, que é evangélica, pregou o convívio democrático entre todas as religiões, afirmando que "o Evangelho tem sustentação na tolerância e no respeito mútuo". Página 8

**Comissão do El Niño faz propostas**

PÁGINA 7

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, explicou ontem ao ministro dos Esportes ser inviável que o Senado discuta e vote em apenas 45 dias a polêmica "Lei Pelé". Página 7



## Previdência é debatida em segundo turno

A discussão em segundo turno da reforma da Previdência Social começa hoje e prossegue na próxima terça, para encerrar-se na quarta. A medida foi votada em primeiro turno pelo Senado nos dias 23 e 24 de setembro, com base no substitutivo do senador Beni Veras.

A idade mínima para aposentadoria será de 60 anos para homens e 55 anos para mulheres. A reforma da Previdência cria um redutor de até 30% nos proventos de servidor público que pedir aposentadoria. Só terá direito a se aposentar com salário integral o funcionário público que ganhar até R\$ 1.200,00.

Antes da decisão, haverá audiência pública na comissão para debater medidas fiscais que atingem diretamente os municípios

## CCJ vota na terça parecer de Calheiros sobre o FEF

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) realiza na próxima terça-feira (dia 7), às 10h, audiência pública destinada a debater as medidas fiscais do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), a Lei Kandir e o Imposto de vendas a Varejo (IVV). Requerimento nesse sentido, apresentado pelos senadores Pe-

dro Simon (PMDB-RS), José Fogaça (PMDB-RS) e Emília Fernandes (PDT-RS), foi aprovado ontem.

Estão sendo convidados para participar da reunião o prefeito de Porto Alegre e presidente da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (Grampal), Raul Pont, o presidente da Frente Nacional dos

Prefeitos, Clovis Assman, e o presidente da Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul, Paulo Ziulkoski.

Após a audiência pública, a CCJ votará o parecer do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) à proposta de emenda constitucional que prorroga o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF).

## CCJ analisará em conjunto propostas para serviço civil

A CCJ adiou a votação da proposta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que dispõe sobre o serviço civil obrigatório, a fim de que o relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), examine também proposta de Pedro Simon (PMDB-RS) que prevê serviço alternativo aos que, após o alistamento, não forem incorporados em organização militar da ativa ou de formação da reserva.

O serviço civil obrigatório previsto na proposta de Antonio Carlos destina-se aos isentos ou dispensados do

serviço militar e aos que, em tempo de paz, alegarem impedimento de consciência para se eximirem de atividades essenciais militares.

Até a próxima semana, Tuma deverá apresentar sua posição final sobre a matéria. Ele poderá concluir por um substitutivo que incorpore sugestões das duas propostas de emenda à Constituição, conforme esclareceu o presidente da CCJ, Bernardo Cabral (PFL-AM).

Na reunião de ontem, o relator apresentou parecer favorável à proposta de Antonio Carlos Magalhães, com uma

emenda para compatibilizá-la com a proposição sobre o serviço civil obrigatório encaminhada ao Congresso Nacional pelo presidente da República.

De acordo com o texto de Tuma, "a lei disporá sobre a prestação de serviço civil obrigatório para os isentos, excedentes ou dispensados de incorporação do serviço militar obrigatório e para aqueles que, em tempo de paz, alegarem impedimento de consciência decorrente de causa religiosa ou de convicção filosófica ou política, para se eximirem de suas atividades essencialmente militares".

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

**14h30** - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado  
Pauta: Primeiro dia de discussão em segundo turno da "PEC nº 33/96, que modifica o sistema de previdência social e estabelece normas de transição; e apreciação do "PDL nº 85/97, que autoriza a permanência temporária de força militar do Uruguai no território nacional para a realização de exercícios conjuntos de força de paz entre os exércitos brasileiro e argentino, a se realizarem no corrente ano no estado do Rio Grande do Sul

### COMISSÕES

**10h - Comissão de Assuntos Econômicos**  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 212/95 (terminativo), que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos; "PLS nº 46/96-Complementar (não terminativo), que autoriza o Banco do Brasil a vender parte das reservas internacionais e os bancos brasileiros a realizarem empréstimos em moeda estrangeira; "PLS nº 122/96 (terminativo), que dispõe sobre a compensação do imposto sobre a Propriedade Territorial Rural pago em excesso com impostos federais; "PLS nº 313/95 (terminativo), que regulamenta o uso da língua vernácula, para denominações de estabelecimentos industriais, comer-

ciais e de serviços e dos seus produtos e dos respectivos manuais de instruções, guias de informações, mapas, cartas, folhetos, letreiros, painéis e toda e qualquer modalidade de informação destinada ao consumidor brasileiro; e "PLS nº 30/96 (terminativo), que dispõe sobre a aplicação das reservas cambiais. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

### 10h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 14/96 (não terminativo), que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização no país; "PLS nº 110/95 (terminativo), que cria, nas entidades titulares de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, serviço de atendimento ao público; "PLS nº 230/96 (terminativo), que inclui conteúdos sobre direitos da criança e do adolescente e de defesa contra violência sexual nos currículos do ensino fundamental e médio; e "PLS nº 105/97 (terminativo), que inscreve o nome de Chico Mendes no Livro dos Heróis da Pátria. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

### 10h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Apreciação de projetos de lei de créditos adicionais e do parecer preliminar do Orçamento de 98. Plenário 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados

## Assédio sexual pode ser levado a plenário

O senador Jefferson Pères (PSDB-AM) anunciou que apresentará recurso para que seja levado a plenário o substitutivo de José Bianco (PFL-RO) ao projeto de Benedita da Silva (PT-RJ) que dispõe sobre assédio sexual, aprovado ontem em caráter terminativo pela CCJ.

O substitutivo prevê que constitui assédio sexual constranger alguém, com sinais, palavras ou gestos, objetivando ou sugerindo a prática de ato libidinoso ou conjunção carnal, se a conduta não constituir crime mais grave.

A CCJ acolheu pedido de adiamento da votação, feito pelo senador José Serra (PSDB-SP), do projeto de resolução do Senado, que autoriza o estado de São Paulo a

contratar operação de refinanciamento de dívidas do estado, no âmbito do programa de ajuste fiscal.

### DILIGÊNCIA

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), por sua vez, solicitou diligência, que foi acatada pelo relator José Bianco, ao projeto que trata do protocolo de acordo entre o governo federal e o estado de São Paulo sobre operação de crédito.

O objetivo da diligência é verificar se os dados do Banco Central sobre a apresentação dos valores atualizados do total de títulos do estado de São Paulo emitidos para pagamento de precatórios judiciais, do primeiro ao sétimo oitavos, bem como valores pagos, correspondem aos valores apresentados.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Júnia Marise  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Flaviano Melo  
4º Secretário: Lucídio Portella  
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho  
Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helvírio Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida, José Humberto Mancuso e Luiz Augusto Gollo

Repórteres da Agência Senado - Alessandra Rocha, Anouche Silveira, Antonio Caraballo, Beatriz Mendonça, Bernadete Barboza, Domingos Mourão, Eli Teixeira, Fábio Lino, Gilberto Campos, Graça Henriques, Jorge Frederico, Lúcio Leal, Márcia Magalhães, Monica Cocus, Paulo Henrique Bezerra, Rafael Paixão, Rita Nardelli, Suely Bastos e Teresa Cardoso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro

Revisão - Lindolfo Amaral e Maria das Graças Aureliano

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

O material jornalístico produzido pela Agência Senado é também distribuído na Internet, no STM-400 da Embratel e para 110 veículos de comunicação em todo o país.

www.senado.gov.br

*Senadores aprovaram o fim do Instituto de Previdência dos Congressistas, enquadrando-os na condição de servidores públicos, sem quaisquer privilégios*

## IPC teve só um voto em sua defesa

Com apenas um voto contra, o plenário aprovou ontem projeto que extingue no dia 1º de fevereiro de 1999 o Instituto de Pensão dos Congressistas (IPC) e cria o Plano de Seguridade Social dos Congressistas, com 35 anos de contribuição para a aposentadoria de deputado ou senador, desde que tenham completado 60 anos de idade. O parlamentar só receberá 1/35 do salário para cada ano de mandato.

Emenda negociada entre o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e as lideranças partidárias introduziu um redutor de até 30% nas aposentadorias. "A aposentadoria parlamentar será concedida nas mesmas condições que a reforma da Previdência prevê para os servidores públicos", afirmou o senador Osmar Dias (PSDB-PR), relator da matéria pela CAE.

Antonio Carlos afirmou que o projeto da Câmara "já era um avanço" e os senadores o aprimoraram. "Levarei o projeto imediatamente ao presidente da Câmara, Michel Temer, com um apelo do Senado para que a proposta seja votada com rapidez", anunciou.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, concordou que as emendas aprovadas pelos senadores "melhoram sensivelmente" o projeto e defendeu emenda de sua autoria, derrubada pelo plenário, que previa a criação de uma espécie de



Senadores debatem no plenário durante a sessão que acabou com seu instituto de previdência

poupança que o parlamentar que não fosse reeleito poderia retirar ao final do mandato. Votaram a favor da emenda de Dutra, além dos senadores do Bloco Oposição, Pedro Simon (PMDB-RS), Carlos Wilson (PSDB-PE), José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) e Esperidião Amin (PPB-SC).

O projeto da Câmara foi aprovado com nove emendas dos senadores. Elas elevam a atual idade mínima para aposentadoria de 50 para 60 anos, ao mesmo tempo em que eliminam a chance de aposentadoria pelo IPC proporcional ao tempo de mandato. Proíbem também que, para se somarem os 35 anos de contribuição, seja incluído o tempo trabalhado em serviço público.

Ramez Tebet (PMDB-MS) frisou que o Senado estava

"dando exemplo" ao cortar possíveis privilégios para aposentadorias de parlamentares. "A sociedade precisa saber que o Congresso está cortando na própria carne", disse. Josaphat Marinho (PFL-BA), que se absteve, afirmou que não concordava com a extinção do instituto.

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) defendeu emenda de sua autoria para que as mulheres parlamentares se aposentassem aos 55 anos, como as funcionárias públicas ou mulheres contribuintes do INSS. O senador Osmar Dias, que relatou a matéria em plenário em nome dos relatores na CCJ, Beni Veras (PSDB-CE), e na CAS, Nabor Júnior (PMDB-AC), não concordou. A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) ponderou que a reforma da Previdência prevê essa idade

para a aposentadoria de qualquer mulher.

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA), único a votar contra o projeto, manifestou-se "estardecido porque a imprensa critica" tudo que os parlamentares fazem. Para ele, com a reforma da Previdência o governo está afetando direitos e expectativas e achatará as aposentadorias.

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que, apesar de o novo plano estabelecer que o governo pagará um real para cada real contribuído por deputados e senadores, no final a União participará com uma quantidade "várias vezes maior", porque o plano não tem sustentação atuarial, citando as contribuições dos últimos anos da Câmara e do Senado ao IPC.

## CAE aprecia incentivo a empregador

A Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), reúne-se hoje, às 10h, para apreciar projeto do senador Flaviano Melo (PMDB-AC) sobre a concessão de incentivo fiscal para empresas que possuam empregados com mais de 40 anos. Também será apreciado projeto do senador Júlio Campos (PFL-MT) sobre a compensação, em impostos federais, do Imposto Territorial Rural pago em excesso.

A Comissão de Educação, presidida pelo senador Joel de Hollanda (PFL-PE), reúne-se no mesmo horário para apreciar, entre outros, o projeto de lei do Executivo sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização; e o do senador Pedro Simon (PMDB-RS) criando serviço de atendimento ao público nas entidades titulares de concessão ou permissão para exploração de serviço de rádio e televisão.

A CE apreciará, ainda, em caráter terminativo, projeto do senador Flaviano Melo que inclui nos currículos do ensino fundamental e médio noções sobre direitos da criança e do adolescente e de defesa contra violência sexual; e do senador Edison Lobão (PFL-MA) que dispõe sobre a reutilização de livros didáticos, também no ensino fundamental e médio.

## Rocha saudável novo pedetista no Amapá

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) informou ontem, em plenário, que o médico, ex-secretário municipal de Saúde e prefeito de Macapá no período 1992-1996, Papaléo Paes, desligou-se do PSDB e assina hoje sua ficha de filiação ao PDT.

- Ele entrará no PDT sem qualquer condicionamento - disse o senador, acrescentando que seu partido prepara-se para a disputa eleitoral no estado e busca coligar-se com o PT, o PC do B e, "quem sabe, com o PMDB do Amapá".

## Como será a aposentadoria dos parlamentares

• O IPC será extinto dia 1º de fevereiro de 1999. Em seu lugar, será criado o Plano de Seguridade Social dos Congressistas.

• No novo plano, a idade mínima para aposentadoria, para homens e mulheres, será de 60 anos. O parlamentar será obrigado a comprovar 35 anos de contribuição para pedir o benefício, como qualquer trabalhador homem.

• A aposentadoria pelo novo plano será de 1/35 para

cada ano de mandato. O parlamentar pode somar o tempo de contribuição ao INSS para completar os 35 anos. Não vale tempo de trabalho no serviço público, civil ou militar.

• Para se aposentar com salário integral, o parlamentar deve ter 35 anos de mandato.

• Não haverá mais obrigatoriedade para que os parlamentares contribuam para o Plano de Seguridade. A alíquota de contribuição, hoje em

10%, subirá para 11%, ou seja, R\$ 880,00 por mês.

• Fica proibida a acumulação de aposentadoria parlamentar com outra do serviço público, civil ou militar. Poderá haver acumulação apenas com a aposentadoria do INSS, mas o limite ficará em R\$ 12.720 (valor a ser fixado pela reforma administrativa).

• A contribuição máxima da Câmara e do Senado para o novo Plano de Seguridade será de um real para cada real

do parlamentar. Essa mesma proporção está sendo exigida dos fundos de pensão das estatais, na reforma da Previdência.

• Em 99, os atuais parlamentares poderão optar pelo ressarcimento da contribuição ao IPC ou requisitar a aposentadoria.

• A pensão por morte paga às viúvas será igual ao valor da aposentadoria que o parlamentar vinha recebendo ou teria direito a receber.



# DIA NACIONAL DO VEREADOR

## Jefferson repensa o país na homenagem

"Nenhum outro detentor de mandato político está mais perto do povo e nem conhece tão bem suas necessidades, seus anseios, suas lutas e seus sonhos quanto o vereador." Assim o senador Jefferson Péres (PSDB-AM), autor do requerimento da homenagem ao Dia do Vereador, na Hora do Expediente de ontem, enfatizou seu apreço ao mandato que lhe foi dado à Câmara Municipal de Manaus, tanto quanto pelo atual, de senador da República.

Durante muitos anos, conforme relatou, a tradição dominante na historiografia, nos estudos políticos e sociais brasileiros enfatizou a perspectiva do Estado nacional e do poder central. "Era como se o município, o bairro, a rua onde viviam os brasileiros não existissem, ou fossem apenas projeção da vontade do poder central", comentou. Poucos foram os autores, segundo Jefferson, que apontaram o erro naque-



Jefferson: novo sentido para a vida em comunidade

la maneira de encarar o Brasil, ou o prejuízo que acarretava aos interesses históricos do povo.

Ele destacou o pensamento do filósofo francês Alexis de Tocqueville, que em *A Democracia na América* revela que o segredo da vitalidade cultural, da pujança econômica e da engenhosidade tecnológica dos Estados Unidos resumia-se no que denominou "a arte da associação". "Os americanos não esperam nem permitem que o governo federal decida sobre o que é

melhor para as suas respectivas comunidades locais", comentou. "Eles próprios tomam a iniciativa unindo-se e ajudando-se mutuamente."

Para o senador, o advento da globalização obriga os brasileiros a repensar as noções acerca do Estado nacional e da centralização. A seu ver, uma das características principais da globalização é a afirmação crescente das particularidades. "Com isso, o brasileiro descobre um novo sentido para a vida em comunidade, novas razões para vencer o reflexo condicionado da cultura de dependência e do imobilismo e dedicar-se a desenvolver formas criativas de parceria entre associações voluntárias e o poder público municipal, a fim de melhorar a qualidade de vida", defendeu.

## Tuma evoca os tempos da colonização

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou que os parlamentares municipais personificam a estrutura basilar do estado democrático de direito no campo legislativo. Ele disse que a vereança está nas origens da nação brasileira.



Tuma: começo com Martim Afonso de Sousa

Conforme o senador, como instituição que antecedeu a província e o estado, a câmara de vereadores tem lugar definitivo na estrutura da nação, "lugar que se foi firmando em momentos de crise, quando os vereadores falavam pelos que não po-

diam se manifestar".

Romeu Tuma fez um histórico do papel do vereador na vida brasileira, destacando que essa figura política surgiu em 1532, quando Martim Afonso de Sousa deu início à organização política do país, instalando a primeira Câmara Legislativa das Américas,

na vila de São Vicente, sede da capitania hereditária de sua propriedade, que abrangia a região em que hoje se situam os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná.

Em aparte, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) observou que a base da sociedade brasileira está organizada nos municípios, sendo os vereadores os "porta-vozes" das principais reivindicações dessa sociedade no Poder Legislativo.

O senador Esperidião Amim (PPB-SC) disse que valorizar os vereadores é valorizar a própria democracia brasileira e o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) lembrou que à porta do vereador batem todos os anseios populares.

## "A célula do exercício do poder", segundo Jucá

O senador Romero Jucá (PFL-RR) enalteceu o trabalho árduo, eficiente e anônimo realizado pelos vereadores brasileiros, especialmente os de Roraima, que, no seu entender, muitas vezes têm a ação dificultada pela máquina do governo ou das prefeituras. "Os vereadores são a base de nossa política, a força municipal como célula do exercício do poder", disse.

Ele lamentou que a atuação dos vereadores seja frequentemente desconhecida da população e celebrou as oca-



Jucá: nem sempre o povo conhece

sões em que esse trabalho é reconhecido com uma eleição para câmara mais alta. Como exemplo, disse que Roraima elegeu senador o vereador César Dias, numa demonstração de reconhecimento pelo trabalho que esse político realizava na Câmara Municipal de Boa Vista.

## Nem sempre seu trabalho é reconhecido, lamenta Rocha

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) defendeu o trabalho de relevância, "nem sempre devidamente percebido", desenvolvido pelos vereadores, que, como representantes municipais, não são apenas "elo de ligação entre o povo e a administração pública", mas se constituem, essencialmente, em agentes de integração política e partidária entre a comunidade e o poder público.

A Constituição de 1988, ao ampliar a participação dos municípios na receita tributária, lembrou o senador, desenvolveu responsabilidade e influência aos vereadores, que passaram a decidir sobre melhorias reivindicadas pela comunidade e a fiscalizar a atuação do Executivo.

Na opinião de Sebastião Rocha, "felizmente" o tempo de resistências políticas à militância do vereador como legítimo representante popular foi superado. Ele lembrou que, no tempo de vigên-



Rocha: tempos ruins passaram

cia da Carta de 1967, além da "desdramatização do município como a base primeira do Estado", a importância política da vereança foi reduzida a níveis mínimos.

Há, hoje, o exato entendimento da importância do vereador para a democracia representativa, que só existe, de fato, quando o homem do povo manifesta, pelos intérpretes mais próximos, suas carências e satisfações - enfatizou.

# DIA NACIONAL DO VEREADOR

## Emília enfatiza aumento do número de vereadoras

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) é de opinião que o poder municipal "deve ser valorizado, ouvido e respeitado", no sentido de ampliar a participação da sociedade na construção de alternativas viáveis, consonantes com as realidades locais dos municípios. Ela quer que o Senado concretize a homenagem prestada ontem promovendo leis e recursos que favoreçam os municípios.

Para a senadora, é fundamental a integração de vereadores - homens e mulheres - na luta de todos os brasileiros contra "a atual política de desvalorização dos municípios". Ela disse que, além dos interesses partidários específicos, é preciso buscar um ponto comum de união, que reverta a atual política de sangria dos cofres municipais e a centralização de recursos no âmbito federal.

Emília Fernandes informou que a aprovação da cota mínima de 20% para candidatas a cargos eleitorais nas lis-



Emília: muito mais vereadoras

tas dos partidos aumentou em 111,86% a presença das mulheres nas câmaras municipais, em relação à legislatura anterior, conforme dados do Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

A senadora disse que o número de vereadoras em todo o país passou de 3.085 para 6.536, destacando que na região Norte o aumento foi de 108,50%; na região Nordeste, de 101,12%; e na região Sudeste, de 57,68%. Na re-

gião Centro-Oeste, sem dados comparativos definitivos, foram eleitas, segundo a senadora, 555 vereadoras, em 1996. Conforme garantiu, o país tem atualmente cerca de 60 mil vereadores e vereadoras.

Em aparte, o senador Humberto Lucena (PMDB-PB) lamentou não ter tido um mandato de vereador. No seu entender, os vereadores são os que mais representam o povo no Poder Legislativo. Por isso, disse, sempre defendeu a imunidade parlamentar para essa categoria política.

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ), também apartando, concordou que a centralização econômica esvazia as iniciativas municipais e o senador Esperidião Amin (PPB-SC) destacou a realização do 30º Encontro Estadual de Vereadores e o 1º Encontro Estadual de Vereadoras, que reuniu os parlamentares municipais na cidade de Lages, em Santa Catarina.

## Maldaner: eles são os legítimos e incansáveis operários da democracia

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) saudou os 60 mil vereadores brasileiros, em especial os de Santa Catarina, dizendo que "eles são os legítimos e incansáveis operários da democracia". O senador se disse sensibilizado com a celebração do Dia Nacional do Vereador, definindo também esse representante popular como "a figura central do nosso regime democrático".

Casildo Maldaner traçou o itinerário da vereança no Brasil, lembrando que eles atuam desde o Brasil-Colônia, pois foram herdados do modelo de governo municipal português. O senador explicou que foi decisiva a participação das câmaras municipais na independência do Brasil, e que o episódio conhecido como Dia do Fico reflete o sentimento dos detentores dos governos municipais que apoiavam d. Pedro I.



Maldaner: figuras centrais

Ele mencionou os avanços inovadores da Constituição de 1946 com a figura do vereador, mas disse que só a de 1988 deu ao município e a seu representante "sua real importância e privilegiada posição na estrutura da República, ao lado dos estados, do Distrito Federal e da própria União". E observou: "Hoje, o vereador se reveste da condição de figura central da democracia representativa".

## Ronaldo os considera experts em comunidade

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) disse que os vereadores "são os maiores conhecedores dos anseios e problemas de sua comunidade". Ao lembrar seu começo na política como vereador, o senador se disse um porta-voz de toda a população brasileira nessa homenagem e reconhecimento pelo seu trabalho.

Além de legislar em nível local e fiscalizar o Poder Executivo municipal, eles cumprem o papel de elo de ligação das reivindicações populares junto aos demais Poderes.

Conforme Ronaldo, é o vereador quem faz chegar às esferas de governo estadual e federal os problemas de suas comunidades, os pedidos e reclamações de todos os recantos do território nacional. "Os constituintes de



Ronaldo: maior relevo em 88

1988 foram sábios em prever novas atribuições para os municípios, ampliando o papel do vereador". Ronaldo Cunha Lima também definiu o vereador como "a base da consolidação da democracia e das instituições representativas da vontade popular em nosso país".

## Suassuna: do menor ao maior problema

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) considera que os representantes municipais devem ter o compromisso de transformar as câmaras municipais no centro das grandes decisões, fundamentadas nos princípios constitucionais do estado democrático de direito e da soberania popular.

Deve existir na representação política, sempre que possível, uma total harmonia entre a vontade do represen-



Suassuna: são a base do sistema

tado e a ação do representante - enfatizou.

Os vereadores estão na base do sistema democrático, na opinião do senador, e suas decisões influenciam o dia-a-dia dos cidadãos de cada município, resolvendo

tanto questões da grandeza de um orçamento municipal quanto problemas considerados menores - canalização de córregos, asfaltamento de ruas, autorização para internações.

Ney Suassuna destacou o trabalho dos vereadores paraibanos e homenageou todos os representantes municipais do país.

Cumprimento os 58 mil 281 vereadores deste nosso imenso Brasil, especialmente os do meu estado, a Paraíba, trabalhadores anônimos, de cujo trabalho não podemos prescindir na construção da grandeza do país - finalizou.

"É fundamental a contribuição que o projeto trará para a superação do atualmente exaurido esquema de financiamento do sistema imobiliário", garante o parecer do relator, senador Edison Lobão

## CCJ aprova novo financiamento de imóveis

O projeto de lei do Executivo que institui o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ). A matéria, relatada por Edison Lobão (PFL-MA), foi acolhida sem emendas e será submetida à Comissão de Assuntos Econômicos, antes de ir a plenário.

Para Lobão, os mecanismos previstos no projeto - já aprovado pela Câmara, na forma de substitutivo - possibilitarão a obtenção de recursos que garantam a expansão expressiva do crédito imobiliário, assegurando o acesso à casa própria a milhares de pessoas. "É fundamental a



Aprovadas pela CCJ, as novas regras para financiar imóveis serão agora submetidas à CAE

contribuição que o projeto em análise trará para a superação do atualmente exaurido esquema de financiamento do sistema imobiliário", frisou ele em seu parecer.

O senador destacou ainda que a proposição procura via-

bilizar instrumentos que assegurem ao mutuário a garantia de que seus recursos não se perderão, ainda que a firma responsável pela construção do imóvel sofra reverses financeiros que signifiquem a sua retirada do mercado.

Além disso, assinalou Lobão, o projeto busca desregulamentar monopólios na construção civil, dando a possibilidade ampla de atuação do setor financeiro, a fim de trazer recursos para aquela área.

O senador lembra em seu

parecer que a recente crise da Encol veio expor as fragilidades do sistema de financiamento imobiliário nos moldes atuais. "De um lado, ficou demonstrada a total insegurança a que estão submetidos os mutuários desse sistema, à medida que não dispõem de instrumentos adequados para garantir que os recursos por eles investidos não se percam quando ocorrerem problemas com as empresas incorporadoras", disse ele.

- De outro lado, é notória a pouca capacidade que o atual sistema tem demonstrado de suprir a crescente demanda por habitação dos diversos segmentos sociais - acrescentou.

## Suplicy muda as regras para os bens sensíveis

A CCJ também aprovou, em caráter terminativo, projeto de lei de autoria de Eduardo Suplicy (PT-SP), alterando a lei que dispõe sobre a exportação de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados. O texto define como bens sensíveis os de aplicação bélica e os de uso das áreas nuclear, química e biológica.

Suplicy disse que o projeto corrige falhas da Lei nº 9.112, de 1995, que foi aprovada pelo Congresso em regime de urgência, atendendo apelo do Executivo, de modo a evitar constrangimentos ao Brasil, diante da ameaça de ser censurado na reunião do Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis, caso o país não dispusesse de uma normatização para esse tipo de comércio.

A proposição do senador define como crime exportar, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento bens sensíveis e serviços diretamente vinculados a esses bens; procura eliminar do texto da lei expressões dúbias; assegura a participação do Legislativo na elaboração

da lista dos bens sensíveis; e inclui a participação na Comissão de Controle de Exportação de Bens Sensíveis de representantes de entidades da indústria, do comércio e dos trabalhadores diretamente interessados.

Outra matéria aprovada em caráter terminativo foi o substitutivo de Lúcio Alcântara (PSDB-CE) a projeto de lei de Pedro Simon (PMDB-RS) que dispõe sobre a nomeação do presidente e diretores da CVM.

A comissão acolheu, ainda terminativamente, projeto de Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) que permite a utilização de *fac-simile* para veicular atos processuais pelas partes envolvidas.

Também recebeu aprovação terminativa da CCJ substitutivo de José Fogaça (PMDB-RS) a projeto de lei de Valmir Campelo (PTB-DF) que obriga os estabelecimentos comerciais e as pessoas físicas ou jurídicas que se dediquem à prestação de serviços a indenizar os proprietários de veículos roubados em estacionamentos sob sua administração ou responsabilidade.

## Carlos Wilson propõe opção para classes de baixa renda

O senador Carlos Wilson (PSDB-PE) defendeu ontem a implantação de uma política habitacional "livre dos arroubos populistas do passado", que possa atender à grande demanda por moradias existente no país. Ele explicou que a tendência do mercado indica a vigência de dois sistemas para o financiamento de imóveis: um de mercado e outro de cunho social.

Conforme o senador, o primeiro, "já batizado de Sistema Financeiro Imobiliário", obedeceria a regras de livre concorrência. O governo, nesse caso, teria apenas o papel normativo, embora os agentes financeiros ficassem sujeitos à autoridade monetária do país. Por

esse sistema, se poderia financiar qualquer tipo de empreendimento imobiliário, como hotéis, colégios, lojas, casas, apartamentos e imóveis para aluguel.

O segundo, a ser gerido por órgãos públicos nas várias es-

feras de governo, contaria com recursos orçamentários para facilitar o acesso das populações de baixa renda à casa própria.

Para o atendimento desse objetivo, entretanto, o senador advertiu sobre a importância de se adotar novas técnicas de construção, concomitantemente com a utilização de materiais mais baratos e resistentes.

No que tange ao preço das construções, o senador Carlos Wilson acredita que apenas o esforço para diminuir o desperdício no período da construção das moradias populares já reduziria significativamente o preço final do imóvel.



Wilson: redução no desperdício

## Vista coletiva adia decisão sobre o fim da figura do juiz classista

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), concedeu vista coletiva à proposta de emenda constitucional de autoria do senador Gilberto Miranda (PFL-AM) que extingue

a figura do juiz classista.

O relator da matéria, senador Jefferson Péres (PSDB-AM), argumenta que o juiz classista tornou-se um corpo estranho dentro do atual sistema judiciário trabalhista e que a sua manutenção representa

um alto custo para o Estado. Além disso, entende que os critérios de representatividade junto às categorias profissionais e econômicas nem sempre são seguidos. A matéria voltará à deliberação da CCJ na próxima semana.



Comissão Especial do Senado incumbida de propor medidas preventivas em relação aos efeitos do fenômeno atmosférico concluiu ontem seus trabalhos com aprovação do relatório do senador Waldeck Ornelas

# El Niño nas mãos da Defesa Civil

A fixação de diretrizes nacionais de defesa civil é o que objetiva um dos projetos constantes do relatório final da Comissão Especial do Senado incumbida de identificar as medidas e sugerir providências preventivas cabíveis à proteção das populações e da economia das regiões sujeitas ao fenômeno atmosférico *El Niño*.

A comissão, presidida pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), aprovou ontem, em sua última reunião, relatório apresentado pelo senador Waldeck Ornelas (PFL-BA).

O projeto estabelece, entre outras providências, que a função de defesa civil será "desenvolvida a partir do Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec), estruturado em caráter permanente nos níveis federal, estadual e municipal".

O Sindec seria integrado também por entidades privadas e pela comunidade.

Na justificativa da proposta, Waldeck Ornelas argumentou que, "os motivos que levaram à criação da Comissão El Niño, no Senado Federal, estão explicitamente relacionados com a necessidade de se promoverem ações nos diferentes níveis da esfera governamental, tendo em vista a adoção de medidas preventivas que concorram para minimização dos efeitos daquele episódio climático".

Outro projeto defendido por Waldeck propõe que o prefeito fique sujeito a julgamento pelo Judiciário "independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores", se "omitir ou retardar a tomada de medidas oportunas e eficazes, na esfera de suas atribuições, concorrendo para o agravamento de desastres, apesar de alertado, na forma da lei, por órgão ou entidade do sistema de defesa civil".



Na última reunião, senadores apreciam o relatório de Waldeck Ornelas

## Requião pede ampla divulgação do relatório

O senador Roberto Requião (PMDB-PR), presidente da Comissão El Niño, que encerrou os seus trabalhos no início da noite de ontem, determinou que cópias do relatório final, elaborado pelo senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), sejam enviadas ao Senado do Peru, do Chile, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai.

Requião determinou ainda, além da distribuição dos relatórios aos estados e municípios brasileiros que poderão ser atingidos pelos efeitos do fenômeno atmosférico, que o documento seja colocado na Internet. Ao elogiar a dedicação e o empenho de Waldeck Ornelas, Requião disse que o relator apresentou um trabalho "brilhante e objetivo".

José Alves (PFL-SE), após salientar que o Nordeste sobrevive sob o signo da improvisa-

ção, afirmou que as propostas legislativas sugeridas pelo relator prevêem "uma solução definitiva" para a região nordestina e também para o país. Ele lamentou que o Brasil ainda não disponha de nenhum plano de estratégia para combater qualquer tipo de emergência.

Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que há muito as autoridades brasileiras vêm demonstrando ser "imprevidentes, porque só agem após as tragédias, o que comprova que o país não é previdente".

Beni Veras (PSDB-CE), vice-presidente da comissão, também parabenizou o relator pelo trabalho.

Participaram ainda da reunião os senadores João França (PMDB-RR) e Freitas Neto (PFL-PI).

## Novas emissoras de rádio têm permissão para funcionamento

O plenário do Senado aprovou ontem seis projetos de decreto legislativo outorgando três permissões de exploração de serviços de radiodifusão sonora e renovando as permissões já outorgadas a outras três rádios.

A Rádio Difusora Taubaté, de Pindamonhagaba (SP), a Rádio Vale do Salgado, de Lavras da Mangabeira (CE),

e a Rádio Itapoá, de Itajá (SC), tiveram suas permissões renovadas.

A Televisão Cidade Verde, de Cuiabá (MT), e a Rádio Alterosa de Calçado, de São José do Calçado (ES), poderão explorar serviços de rádio em frequência modulada, enquanto a Rádio Mostardas (RS) transmitirá em onda média de âmbito local.

## ACM diz a Pelé por que é contra urgência na lei

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o ministro dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, a quem esclareceu porque é contra a tramitação, em regime de urgência urgentíssima, do projeto de lei instituindo alterações na estrutura e desenvolvimento das atividades esportivas no país.

O senador explicou ao ministro que considera inviável pretender que o Senado discuta e vote matéria polêmica como a "Lei Pelé" em apenas 45 dias de prazo, mas

assegurou-lhe que a Casa não se furtará ao exame da matéria, insistindo apenas em dispor de um período razoável para pronunciá-la sobre tema que vem despertando tão grande interesse na opinião pública.

Pelé mostrou-se confiante quanto às perspectivas de aprovação do projeto pelo Congresso, pois "a sociedade já considerou a proposta boa". O ministro disse que estava aproveitando o dia para visitar lideranças no Senado e na Câmara, a fim de "ouvir a opinião de pessoas mais experientes na área legislativa".

## TV SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h - Entrevista com o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) sobre as irregularidades no Banco do Estado do Amapá (inédito)
- 8h - Debate entre o senador Romeu Tuma (PFL-SP) e o deputado federal Jair Bolsonaro (PPB-RJ) sobre a segurança nacional, o projeto do governo que reduz a pena para crimes hediondos e a participação de policiais militares nesses crimes (representação)
- 9h30 - Entrevista com o senador Sebastião Rocha (representação)
- 10h - Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
- 14h30 - Sessão plenária (ao vivo)
- Em seguida - Comissão de Educação (pré-gravada pela manhã)
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 20h40 - Sessão plenária (representação)
- 1h - Debate entre o senador Romeu Tuma e o deputado federal Jair Bolsonaro (representação)
- 2h30 - Sessão Plenária (representação)
- 6h30 - "Congresso Hoje" (representação)

## RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 10h - Comissão de Assuntos Econômicos (a vivo)
- Em seguida - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 14h15 - "Plenário em revista"
- 14h30 - Sessão plenária (ao vivo)
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 24h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até as 7h30



Bezerra: Roberto Rodrigues merece chefiar a Aliança Cooperativa Internacional

## Bezerra reconhece valor de brasileiro nomeado para a ACI

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) destacou a luta em prol dos ideais cooperativistas desenvolvida por Roberto Rodrigues, primeiro não-europeu a assumir o cargo de presidente da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) em 102 anos.

De acordo com Carlos Bezerra, Roberto Rodrigues foi o responsável pela criação, em São Paulo, da primeira cooperativa de crédito rural, que serviu de modelo para outras do gênero em todo o país. O senador disse ainda que o novo presidente da ACI foi o responsável pela internacionalização do cooperativismo

brasileiro, ao filiar, em 1988, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) àquela entidade.

No decorrer da Constituinte, sua atuação como presidente da OCB foi determinante para que o cooperativismo se solidificasse em nosso país, com raízes fortes e profundas plantadas na nova Constituição que se elaborava. Nessa época, conseguiu aglutinar, na Frente Parlamentar do Cooperativismo, 217 parlamentares, que foram importantes na aprovação de emendas que consolidaram o cooperativismo que hoje se pratica no Brasil - afirmou o senador.

## Jucá responde a carta de servidor de Roraima

Em resposta a correspondência a ele enviada pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Roraima, o senador Romero Jucá (PFL-RR) afirmou ontem que se referiu "a apenas três servidores do Incra" nas denúncias que fez em pronunciamento na semana passada. "A grande maioria dos servidores do órgão é séria", frisou. Os funcionários do Incra consideraram que a manifestação de Jucá foi genérica, atingindo o conjunto dos servidores da instituição.

Jucá explicou que, em sua manifestação anterior, registrou denúncias feitas pelo Sindicato dos Trabalhadores



Jucá: discurso foi específico

Rurais do Estado de Roraima, segundo o qual funcionários do Incra estariam praticando fraudes com documentos, golpes contra agricultores e desvio de verbas. Além disso, o presidente do sindicato estaria recebendo ameaças de morte, acrescentou.

Encontro Mundial do Papa com as Famílias, no Rio, faz o senador atacar o aborto e defender a luta da Igreja Católica pelos pobres

## Visita papal motiva a reflexão, diz Odacir

O senador Odacir Soares (PTB-RO) condenou a prática do aborto, ao elogiar a realização do II Encontro Mundial do Papa com as Famílias, argumentando que, no momento em que grupos e instituições internacionais pressionam os países do Terceiro Mundo para impor-lhes um rígido programa de natalidade, João Paulo II surge "para defender os mais fracos contra o poderio dos fortes".

Odacir Soares disse que o encontro incluiu um congresso teológico, onde serão discutidos os mais importantes temas sobre a família, além de uma festa testemunho e uma missa campal. O senador destacou ainda a presença do dr. Bernard N. Nathanson, que, conforme informou, dirigiu a maior clínica de aborto do mundo



Odacir: momento de refletir sobre os temas que afligem toda a humanidade

ocidental e que hoje "é um expoente da causa da vida".

Sem dúvida nenhuma, o II Encontro Mundial do Papa com as Famílias será um grande momento de reflexão sobre temas que hoje afligem a humanidade. Família e vida constituem um binômio inseparável - afirmou o senador, lamentando que hoje o ser humano esteja ameaçado nos seus primeiros dias de vida.

O senador lembrou a pre-

sença da Santa Sé em encontros internacionais, sempre com posições coerentes com as teses da família e da vida. Entre outros exemplos, ele citou a defesa dos países pobres feita pela Santa Sé na Conferência do Cairo, quando, a seu ver, os países ricos queriam obrigá-los a controlar sua população por meio de anticoncepção, esterilização e sacrifício de vidas humanas.

## Benedita prega a tolerância religiosa entre todos os credos

"O Evangelho tem sustentação na tolerância e no respeito mútuo", disse a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), ao pregar o convívio democrático entre todas as religiões existentes no Rio de Janeiro, cidade que recebe hoje o papa.

Lembrando que professa religião protestante, a senadora observou que o Rio de Janeiro recebe peregrinos de todo o mundo para a visita em que o papa discutirá a promoção da família. Em nome da tolerância religiosa, ela lembrou que o próprio Conselho das Igrejas Cristãs e Ortodoxas estará presente nas homenagens.

Benedita fez uma retrospectiva das visitas de João Paulo II ao Brasil, lembrando que, em 1980, a favela do Vidigal foi preparada para recebê-lo, mas os benefícios não tiveram continuidade. Disse que, também

naquele ano, acompanhou a conversa do papa com operários paulistas e que os problemas discutidos jamais foram resolvidos.

Ela mencionou o fato de que, naquela visita, o papa pediu ao então presidente João Figueiredo que executasse a reforma agrária. Ao lembrar esses fatos e a segunda visita do papa, em 1991, a senadora ressaltou que nenhum dos problemas cruciais que sacrificavam o Brasil foi resolvido.

- O papa volta 17 anos de-

pois da primeira visita e vai encontrar o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra clamando por reforma agrária, justiça na terra e paz no campo.

Na opinião da senadora, João Paulo II encontrará um Brasil diferente, resultante de mudanças que se refletem inclusive na multiplicação de outras religiões. E, na análise de Benedita da Silva, "o papa falará para uma família muito diferente da que ele encontrou em 1980 e 1991".

Benedita: papa encontra hoje uma família brasileira bem diferente

